

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Participações S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 23 de março de 2016

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Ativo Circulante		675.270	1.146.735	Passivo Circulante		6.187	16.194
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&17.e	35	23	Salários a Pagar		3.082	1.828
Aplicações Financeiras	4	88.685	222.467	Impostos a Pagar		1.284	11.686
Créditos Tributários		17.070	7.027	Dividendos a Pagar		-	795
Correntes		17.070	7.027	Outros Passivos		1.821	1.885
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	6	487.386	353.160	Passivo não Circulante		33.751	31.229
Outros Ativos	7	113	481.058	Salários a Pagar		2.983	4.937
Propriedade Para Investimento		81.981	83.000	Impostos a Pagar		3.360	746
Ativo não Circulante		763.980	577.685	Provisões	9.a	27.408	25.546
Aplicações Financeiras	4	596.680	492.658	Total do Passivo		39.938	47.423
Depósitos Judiciais		3.040	2.834	Patrimônio Líquido			
Créditos Tributários		164.033	82.118	Capital Social		1.700.000	1.551.000
Correntes		50.042	35.061	Reservas		-	117.290
Diferidos	10.b.1	113.991	47.057	Ajustes de Avaliação Patrimonial		8.152	8.707
Outros Investimentos		4	4	Prejuízos Acumulados		(308.840)	-
Outros Ativos		-	71	Total do Patrimônio Líquido	11	1.399.312	1.676.997
Ativo Tangível		223	-	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.439.250	1.724.420
Total do Ativo		1.439.250	1.724.420				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		1.131.738	17.892	93.992	9.020	1.252.642
Aumento de Capital	11.a	419.262	-	-	-	419.262
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Disponíveis para Venda		-	-	(313)	-	(313)
Lucro (Prejuízo) Líquido		-	-	-	6.201	6.201
Destinações:						
Reserva Legal	11.c	-	310	-	(310)	-
Dividendos	11.b	-	-	-	(795)	(795)
Reserva para Equalização de Dividendos	11.d	-	-	2.548	(2.548)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.d	-	-	2.548	(2.548)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		1.551.000	18.202	99.088	8.707	1.676.997
Aumento de Capital	11.a	149.000	-	-	-	149.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ativos Disponíveis para Venda		-	-	(555)	-	(555)
Reversão das Reservas		-	(18.202)	(99.088)	-	(117.290)
Lucro (Prejuízo) Líquido		-	-	-	(426.130)	(426.130)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		1.700.000			(308.840)	1.399.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturações Societárias e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Participações S.A. (Santander Participações) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Parte), Vila Olímpia, São Paulo-SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, podendo também aplicar os seus recursos no mercado financeiro e de capitais, mediante a subscrição de quotas em fundos de investimento e/ou quaisquer outros instrumentos financeiros, assim como a prestação de serviços auxiliares a instituições financeiras e empresas comerciais.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Participações, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

O resultado e a posição financeira da Santander Participações estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 23 de março de 2016.

A Administração da Santander Participações não estima impactos relevantes na aplicação das diversas normas novas e revisadas emitidas pelo CPC, que serão aplicadas nos próximos exercícios.

Estimativas Utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos;
- Provisão para processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Benefícios dos planos de aposentadoria; e
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

I. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidade que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Contas a receber"; e
- "Depósitos judiciais".

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas"); e
- Passivo financeiro ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:

- "Salários a pagar".

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de equivalência patrimonial, para participações em coligadas e controladas em que a investidora tenha influência significativa.

e) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

f) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Participações. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

h) Planos de Benefícios Pós-Emprego

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Santander Participações, juntamente com o Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, nos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

h.1) Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Santander Participações como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido não são reconhecidas como "despesas com pessoal" na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, como "provisões - provisões para fundos de pensões e obrigações similares" no balanço patrimonial.

h.2) Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 9. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, a Santander Participações aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

A Santander Participações não teve impacto em suas Demonstrações Financeiras, em função dos planos de benefício definido patrocinados por esta entidade serem superavitários nos exercícios apresentados.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (feitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

A Santander Participações não teve impacto em suas Demonstrações Financeiras, em função dos planos patrocinados por esta entidade serem superavitários nos exercícios apresentados.

l) Remuneração Baseada em Ações

A Santander Participações, participa de planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (ROAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O valor justo dos serviços prestados é medido por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o passivo total é baseado na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, é realizada análise da estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras e são classificados como não circulantes.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Resultado de Participações em Coligadas	5	-	(1.020)
Despesas com Pessoal		(4.500)	(6.529)
Despesas Administrativas	13	(9.754)	(3.860)
Provisões (Líquidas)	9.a	(1.862)	(1.544)
Outras Receitas		30.192	-
Outras Despesas	15	(600.510)	(118.822)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(586.434)	(131.775)
Receitas (Despesas) Financeiras	16	93.370	110.535
Resultado antes da Tributação		(493.064)	(21.240)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	10.a	66.934	27.441
Lucro (Prejuízo) Líquido		(426.130)	6.201
Nº de Ações (Mil)	11.a	4.597	4.237
Lucro (Prejuízo) Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		(92.697,41)	1.463,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Lucro (Prejuízo) Líquido no Exercício		(426.130)	6.201
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas		(555)	(313)
Ativos Disponíveis para Venda		122	(1.436)
Efeitos Tributários sobre Ativos Disponíveis para Venda		(677)	1.123
Resultado Abrangente do Exercício		(426.685)	5.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

Ativos	31/12/2015		31/12/2014	
	Empreendimentos e Recebíveis	Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Patrimônio Líquido	Avaliado pelo Valor Justo com Ganhos e Perdas no Resultado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	35	-	-	35
Aplicações Financeiras	599.187	33.196	52.982	685.365
Aplicações em Operações Compromissadas (Nível 1)	-	-	-	715.125
Títulos e Valores Mobiliários - Debêntures (Nível 2)	-	-	-	37.835
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (Nível 1)	582.335	-	-	3.664
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC (Nível 1)	-	-	7.309	148.192
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽¹⁾	-	-	45.673	448.046
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (Nível 2)	12.532	-	12.532	15.063
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa (Nível 1)	4.320	-	-	3.879
Ações de Companhias Fechadas (Nível 3)	-	33.196	-	51.669
Depósitos Judiciais	-	3.040	-	2.834
Total	599.222	36.236	52.982	717.982

⁽¹⁾ Em 2015, inclui R\$31.328 classificado como nível II e R\$14.345 classificado como nível III (2014 - R\$1.886 nível I, R\$30.424 nível II e R\$533.106 nível III).

Os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015, estão representados por contas a pagar e estão classificados na categoria de outros passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Hierarquia de Valor Justo

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Santander Participações mantém uma carteira de instrumentos financeiros e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros na qual não é utilizado dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

9. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	Fiscais	
	2015	2014
Saldos no Início do Exercício	25.546	24.002
Constituição Líquida de Reversão	1.862	1.544
Saldos no Final do Exercício	27.408	25.546

b) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander Participações é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Participações com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

A Santander Participações tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

O principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, é o descrito a seguir:

PIS e COFINS - R\$3.225 (31/12/2014 - R\$2.987): a Santander Participações interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei 9.718/1996, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$2.542 (31/12/2014 - R\$2.338): a Santander Participações ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R\$9.656 (31/12/2014 - R\$8.976): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ.

c) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

Desmutualização de Ações - R\$11.986 (31/12/2014 - R\$11.245): visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta. Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R\$13.981 (31/12/2014 - R\$12.942).

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares

e.1) Plano de Pensão Complementar

A Santander Participações patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi)

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados no exercício de 2015 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R\$75 (2014 - R\$79). O plano Sanprev de benefício definido encontra-se em situação superavitária em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e tal superávit não foi reconhecido como ativo nas demonstrações financeiras conforme limites estabelecidos no CPC 33.

e.2) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

e.2.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

A AGE do Banco Santander realizada em 03 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de Outubro de 2011, o Banco Santander realizou a Assembleia Geral Extraordinária, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de Abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - O Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP e ILP 2013).

e.2.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para o Plano

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	PSP 2013/ SOP2013		% de Ações Passíveis de Exercício
	PSP 2013/	SOP2013	
1 ^o	100%	50%	
2 ^o	75%	35%	
3 ^o	50%	25%	
4 ^o	0%	0%	

⁽¹⁾ Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orgão.

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

Método de Avaliação	PSP 2013		SOP 2013	
	Binomial	Binomial	Binomial	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	40,00%
Taxa de Dividendos	-	-	-	3,00%
Período de "Vesting"	-	-	-	2 anos
Momento "Médio" de Exercício	-	-	-	5 anos
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	43,11%	60,27%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%	11,80%
Valor Justo para Ações	-	-	-	596,00%

O preço médio das ações SANB11 no final do exercício de 30/12/2015 é de R\$ 16,05 (2014 - R\$ 13,37).

No exercício de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia referente ao plano no valor de R\$145 (2014 - R\$77) referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) e R\$215 (2014 - R\$197, não foram registradas despesas) referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP). Foi registrado também no exercício de 2015, perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$212 (2014 - receita R\$4) "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) - Outros".

DIRETORIA

Diretor Presidente

Angel Santodomingo Martell

DIRETORES

Reginaldo Antonio Ribeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício de findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro

Contador

CRC nº 1 SP 236588/O-4

Na AGE de 01 de agosto de 2014, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$98.562, mediante a emissão de 242 mil novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo seu acionista Banco Santander da seguinte forma: R\$20.050 em moeda corrente nacional e R\$78.512 mediante a transferência pelo Banco Santander de 131.583 mil ações ordinárias de emissão da Santos Energia Participações S.A., transferindo o controle para a Santander Participações, com base no balanço de 31 de julho de 2014.

Na AGE de 01 de setembro de 2014, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$320.700, mediante a emissão de 761 mil novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo seu acionista Banco Santander da seguinte forma: R\$249.087 em moeda corrente nacional e R\$71.613 mediante a transferência pelo Banco Santander de 252 mil ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., transferindo o controle para a Santander Participações, com base no balanço de 31 de julho de 2014.

Na AGE de 07 de janeiro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$149.000, mediante a emissão de 360 mil novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo seu acionista Banco Santander da seguinte forma: R\$149.000, em moeda corrente nacional.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 31 de dezembro de 2014, foram provisionados dividendos no montante de R\$795 (R\$0,18763 em reais por lote de mil ações) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2014, pagos em 2015.

c) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício é destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

d) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, são destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Participações e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

12. Informações sobre a Natureza das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados

A Santander Participações apresenta a demonstração dos resultados utilizando uma classificação das receitas e despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas receitas e despesas reconhecidas na demonstração dos resultados é apresentado a seguir:

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas com Depreciações (Nota 13)	(4.459)	-
Despesas de Remuneração, Benefícios e Treinamento com Pessoal	(1.533)	(2.286)
Despesas com Participações nos Lucros	(1.922)	(2.390)
Despesas de Honorários com a Diretoria	(803)	(803)
Despesas de Encargos Sociais com Pessoal	(242)	(1.050)
Despesas com Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 13&17.e)	(4.985)	(3.368)
Resultado de Equivalência Patrimonial sobre o Resultado da Santos Energia (Nota 5)	-	(1.020)
Outras Despesas Administrativas	(308)	(491)
Provisões Líquidas de Reversão para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões (Nota 9.a)	(1.862)	(1.544)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26.142	(118.823)
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito (Nota 16)	145.578	56.896
Despesas com Desvalorização de Cotas de Fundos de Investimentos (Nota 16)	(654.043)	(24.160)
Dividendos Recebidos Fundo de Investimento - FIP e Juros sobre Capital Próprio (Nota 16)	1.071	75.133
Atualização de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar (Nota 16)	4.302	2.666
Provisão Para Imposto de Renda (Nota 10.a)	-	(9.210)
Provisão para Contribuição Social (Nota 10.a)	-	(3.459)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 10.a)	66.934	40.110
Total das Receitas e Despesas Reconhecidas na Demonstração dos Resultados	(426.130)	6.201

13. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 12&17.e)	4.985	3.368
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	96	248
Publicações	105	119
Contribuição Sindicato Patronal	84	81
Depreciações (Nota 12)	4.459	-
Outras	25	44
Total	9.754	3.860

14. Outras Receitas

Em 31 de dezembro de 2015, refere-se principalmente a lucro na venda de participações societárias.

15. Outras Despesas

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Despesas com Desvalorização de Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	(596.462)	-
Outras	(4.048)	(118.822)
Total	(600.510)	(118.822)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a constituição de perda ao valor recuperável sobre Cotas de Fundos de Investimento.

16. Receitas (Despesas) Financeiras

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Rendas com Ativos Financeiros com Instituições de Crédito (Nota 12)	145.578	56.896
Aplicações em Operações Compromissadas	60.193	6.494
Rendas de Títulos de Renda Fixa - CDB	14.579	2.345
Rendas de Títulos de Renda Fixa - Debentures	69.871	802
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimento	935	47.255
Despesas com Desvalorização de Cotas de Fundos de Investimentos (Nota 12)	(57.581)	(24.160)
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Recebidos Fundo de Investimento (Nota 12)	1.071	75.133
Atualização com Impostos a Compensar	4.096	2.099
Atualização de Depósitos Judiciais	206	567
Total	93.370	110.535

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Santander Participações, realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2015, no valor máximo de R\$10, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A Santander Participações não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

b) Benefícios de Longo Prazo

A Santander Participações, assim como o Banco Santander, igualmente com outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 9 e 2.i).

c) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 31/12/2015	01/01 a 31/12/2014
Salários e Honorários da Diretoria		
Remuneração Fixa	803	803
Remuneração Variável	1.184	1.315
Baseado em Ações	575	224
Outros	107	178
Total	2.669	2.520

Adicionalmente, no exercício de 2015, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$245 (2014 - R\$313).

d) Participação Acionária

A Santander Participações é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 4.597 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outros desvantagens. As principais transações e saldos com o Banco Santander, seu controlador (Nota 17.d) são conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa	35	23
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	35	23
Aplicações Financeiras - Operações Compromissadas	-	